



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

ATA Nº 21, DE 13 DE MAIO DE 2025
Sessão de Trabalho da Câmara de Educação Básica

Aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às quinze horas, realizou-se, presencialmente, no edifício-sede do Conselho Nacional de Educação – CNE, situado na Avenida L2 Sul, Quadra 607, Lote 50, em Brasília, no Distrito Federal e, virtualmente, por meio da Plataforma *Microsoft Teams*, a Sessão de Trabalho da Câmara de Educação Básica – CEB, com a participação presencial dos Conselheiros Antônio Cesar Russi Callegari, Cleunice Matos Rehem, Gastão Dias Vieira, Leila Soares de Souza Perussolo, Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa e, de forma virtual, dos Conselheiros Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva (Presidente), Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho (Vice-Presidente), Ilona Maria Lustosa Becskházy Ferrão de Sousa, Israel Matos Batista, Márcia Teixeira Sebastiani e, registrada a ausência das Conselheiras Givânia Maria da Silva e Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt (membra nata). Inicialmente, a Conselheira Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva destacou que a Sessão de Trabalho se destinava à discussão do processo SEI nº 23000.044229/2023-56, que trata da alteração da Resolução CNE/CEB nº 3, de oito de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, a qual institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, sob a relatoria da Conselheira Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa. Em seguida, foram distribuídos dez processos aos seguintes Conselheiros, conforme afinidade com os temas: 1) Processo SEI nº 23001.000333/2025-91: Mariana Lúcia Agnese Costa e Silva; 2) Processo SEI nº 23001.014576/2025-16: Leila Soares de Souza Perussolo; 3) Processo SEI nº 23001.000343/2025-26: Israel Matos Batista; 4) Processo SEI nº 23001.000352/2025-17: Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho; 5) Processo SEI nº 23001.000353/2025-61: Mariana Lúcia Agnese Costa e Silva; 6) Processo SEI nº 23001.000354/2025-14: Mariana Lúcia Agnese Costa e Silva; 7) Processo SEI nº 23001.000358/2025-94: Mariana Lúcia Agnese Costa e Silva; 8) Processo SEI nº 23001.000360/2025-63: Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho; 9) Processo SEI nº 23001.000362/2025-52: Leila Soares de Souza Perussolo; e 10) Processo SEI nº 23001.000403/2025-19: Maria do Pilar Lacerda Almeida Silva. Na sequência, a Conselheira Mariana Lúcia Agnese Costa e Silva tratou da elaboração do parecer para a alteração do texto da Resolução CNE/CEB nº 3, de oito de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, com o objetivo de orientar as redes de ensino dos entes federativos, sobre o período de transição a ser observado para assegurar a continuidade da oferta da Educação de Jovens e Adultos – EJA. Ainda com a palavra, discorreu sobre os acréscimos que serão feitos ao artigo 18 da resolução supracitada, em conformidade com as discussões mantidas com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi/MEC) e com os fóruns de EJA do Brasil. Informou que a deliberação sobre o parecer em questão será realizada na Sessão Pública da CEB prevista



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

ATA Nº 21, DE 13 DE MAIO DE 2025
Sessão de Trabalho da Câmara de Educação Básica

para o dia quatorze de maio de dois mil e vinte e cinco. A Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo destacou que aguardará a homologação do mesmo parecer com a alteração do texto da Resolução CNE/CEB nº 3, de oito de abril de dois mil e vinte e cinco, para a conclusão da relatoria de processos sobre validação de documentos emitidos por escolas brasileiras que atendem brasileiros no exterior. A Conselheira Cleunice Matos Rehem informou sobre o recebimento de consulta a respeito da elaboração futura de normas complementares pelo CNE, com o auxílio do MEC, para especificar as regras de credenciamento de instituições aptas a receber estudantes para o trabalho remunerado ou voluntário, conforme previsto no inciso 4, do artigo 16, da Resolução CNE/CEB nº 2, de treze de novembro de dois mil e vinte e quatro, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – DCNEM. Sobre a temática, o Conselheiro Antônio Cesar Russi Callegari destacou que comunicou à Secretaria de Educação Básica – SEB/MEC sobre a necessidade de regulamentação, a partir de regras específicas sobre o reconhecimento de aprendizagens, competências e habilidades, obtidas em experiências extraescolares, que permitirão o abatimento da carga horária do Ensino Médio, desde que proveniente de trabalhos com pertinência curricular e exercidos em instituições que atendem os critérios para credenciamento. O Conselheiro Israel Matos Batista solicitou o encerramento da comissão que trata da Educação Digital, Midiática e Base Nacional Comum Curricular – BNCC, após a elaboração da Resolução CNE/CEB nº 2, de vinte e um de março de dois mil e vinte e cinco, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e integração curricular de educação digital e midiática. Em seguida, o Conselheiro Antônio Cesar Russi Callegari retomou a discussão iniciada na Sessão de Trabalho, do dia dez de abril de dois mil e vinte e cinco, sobre a participação da CEB no “Comitê Nacional de Governança do Programa Mais Professores” e informou a indicação, feita pela Câmara de Educação Superior – CES, da Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes como suplente. A Conselheira Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva sugeriu o Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho como titular, considerando que ele havia manifestado interesse na reunião do mês anterior. A Conselheira Márcia Teixeira Sebastiani destacou que havia sido indicada anteriormente como suplente pela Secretaria Executiva – SE/CNE, juntamente com o Conselheiro Paulo Fossatti como titular. Destacou que, embora tenha declinado da indicação, a SE/CNE não aceitou sua desistência e informou que o Ministério da Educação – MEC abriria uma vaga no referido comitê para a representação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE. O Conselheiro Antônio Cesar Russi Callegari explicou que a indicação inicial da SE/CNE se baseou na composição da Comissão bicameral de Formação Inicial e Continuada de Professores e Gestores da Educação, na qual os Conselheiros Márcia Teixeira Sebastiani



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

ATA Nº 21, DE 13 DE MAIO DE 2025
Sessão de Trabalho da Câmara de Educação Básica

74 e Paulo Fossati ocupam a relatoria e a presidência, respectivamente, porém destacou que
75 as indicações foram devolvidas pelo MEC para que o tema fosse discutido de forma mais
76 ampla pelo Colegiado. O Conselheiro Israel Matos Batista manifestou interesse em
77 integrar o mesmo comitê, ressaltando a importância das contribuições da CEB para uma
78 política pública complexa e de grande importância para o país. Em seguida, a Conselheira
79 Márcia Teixeira Sebastiani solicitou que as dúvidas enviadas ao CNE que tratam da
80 formação de professores sejam direcionadas aos conselheiros indicados para integrar o
81 “Comitê Nacional de Governança do Programa Mais Professores”. A Conselheira Maria
82 do Pilar Lacerda Almeida e Silva destacou que, independentemente da participação da
83 Conselheira Márcia Teixeira Sebastiani no referido comitê, ela será sempre solicitada
84 pelo colegiado a auxiliar a CEB nas respostas sobre formação inicial e continuada de
85 professores, por ser a relatora da comissão que trata da temática. A Conselheira Márcia
86 Teixeira Sebastiani indicou que mantém seu interesse em participar e contribuir com o
87 comitê, pois entende a importância da referida política pública para a Educação brasileira
88 e espera que os obstáculos sejam superados para que o programa seja implementado com
89 sucesso. A Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo solicitou que o nome da
90 Conselheira Márcia Teixeira Sebastiani seja mantido no comitê supracitado,
91 considerando que o Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho poderá participar
92 como representante do CNTE. Após discussões, o Conselheiro Antônio Cesar Russi
93 Callegari sugeriu que os Conselheiros Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, Israel
94 Matos Batista e Marcia Teixeira Sebastiani conversem até o dia quatorze de maio de dois
95 mil e vinte e cinco, para decidir quem assumirá a titularidade no comitê em questão. Sem
96 outras manifestações, a Sessão foi encerrada às dezesseis horas e trinta e cinco minutos
97 e, para constar, eu, Luciana dos Santos Marvulle Bueno, lavrei esta ata que, uma vez
98 aprovada, será assinada eletronicamente por mim e pela Conselheira Maria do Pilar
99 Lacerda Almeida e Silva, Presidente da Sessão. Brasília, treze de maio do ano de dois mil
100 e vinte e cinco.